

Tenente Eduardo Valadim, Herói ou Mártir?

Tenente-coronel
João José de Sousa Cruz



1. Situação em Portugal e Moçambique nos fins do século XIX

A costa oriental africana foi, de há muitos séculos, conhecida de navegadores e comerciantes, árabes, indianos e chineses. Por isso, quando Portugal se instalou em Goa, além do ponto de escala na Ilha de Moçambique, tentou, e por vezes conseguiu, ocupar algumas enseadas que permitissem fazer aguadas às caravelas e naus, como foi o caso de Sofala, Mombaça e as Ilhas Quirimba.

No entanto, só em 1507 foi dada vida à Capitania Geral de Çofala e Moçambique, que, desde essa data, consta nos relatórios ultramarinos portugueses.

Volvidos alguns anos, em 1569, foi fundada a Capitania Geral de Moçambique, que, em 1609, muda de nome para Colónia de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa, ficando dependente de Goa. Esta capitania só se tornará independente de Goa em 1752.

As sangrentas e quase eternas lutas civis em Portugal, no séc. XIX, desgastaram de sobremaneira as energias vitais do Portugal europeu. Assim, os problemas coloniais, incluindo o Brasil, independente em 1822, foram todos afastados para um plano secundário, sendo mesmo abandonadas as preocupações de exploração e valorização dos vastos domínios africanos, que foram votados ao abandono pelas classes políticas dirigentes de Lisboa.

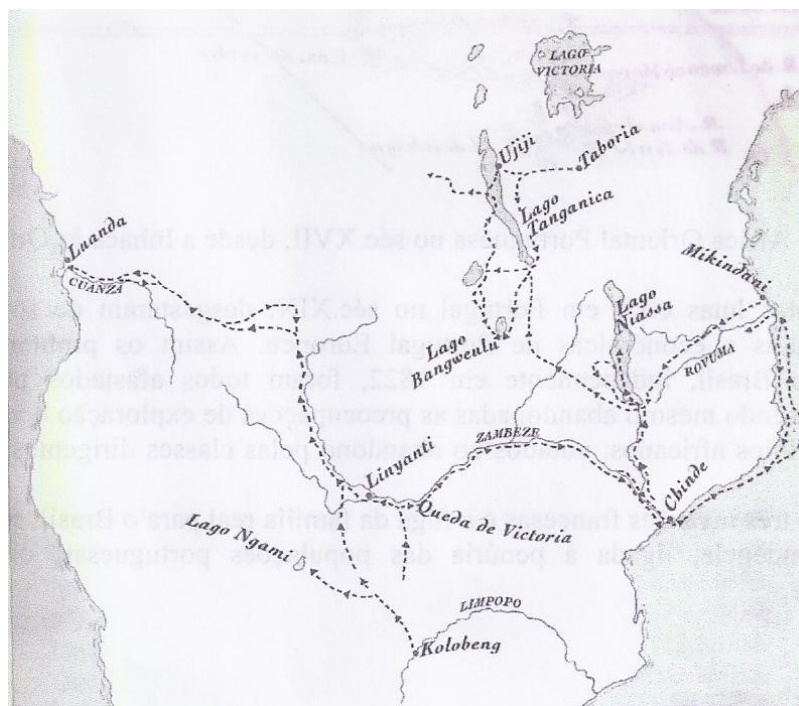


Figura 1 - Algumas das linhas de exploração europeia, no séc. XIX, entre Angola e Moçambique

Primeiro, as três invasões francesas e a fuga da família real para o Brasil, seguida da sua independência, ligada à penúria das populações portuguesas, originaram este desinteresse.

Bem lutou o marquês de Sá da Bandeira para que o regresso à política colonial lançasse em África os fundamentos de um segundo Brasil.

Mas o que, de facto, mais concorreu para esse regresso à política tradicional foram as, mal disfarçadas, ambições que por toda a Europa despertavam as grandes viagens de exploração do continente africano, iniciadas em 1820 por alguns exploradores e cientistas europeus, tais como:

- Claperton, que explorou o centro e o oeste de África, entre 1822 e 1826, saindo de Tripoli, passando por Kano, lago Chade e o império Fula;
- Denham, seu companheiro, até que se separaram por este ter acusado Clapperton de homossexualidade com criados árabes.

Estas viagens continuadas, depois, por:

- W. B. Baikie, que escreveu a narrativa de uma viagem de exploração do Rio Níger, em 1854;

- *H. Barth*, que escreveu “Viagens e descobertas na África do Norte e Central em 1857/1858”, em cinco volumes;
- Ed. Vogel, referido por Herman Wagner, em 1860, na obra “Descrição da viagem e descobertas do Dr. Vogel”.
- Heuglin, na sua “Odisseia no Rio Nilo”;
- Baker, e muitos outros que, até 1856, trilharam em vários sentidos o interior africano e que, em patéticos relatórios, contavam depois as suas aventurosas travessias e os prodígios alcançados.

Mas, foram, sobretudo, as grandes explorações de um missionário, o senhor Livingstone que, de 1840 a 1867, em sucessivas viagens, percorreu toda a bacia do rio Zambeze até ao lago Ngami, em Angola, até ao lago Niassa e, ao longo do rio Rovuma, até Maravi Macro, Benguela, e o curso inferior do rio Congo, que mais vivamente chamaram para essas ignotas regiões as atenções da Europa científica, industrial e, principalmente, mercantil, até então absorvida, como Portugal, por estéreis debates e revoluções políticas.

Moçambique, até ao ano de 1870, não tinha ainda este nome e era conhecido por África Oriental Portuguesa, sendo constituído por: Ilha de Moçambique e Terra Firme, Ilhas Quirimba, Zambézia, Rios de Sena, Inhambane e Presídio de Lourenço Marques.

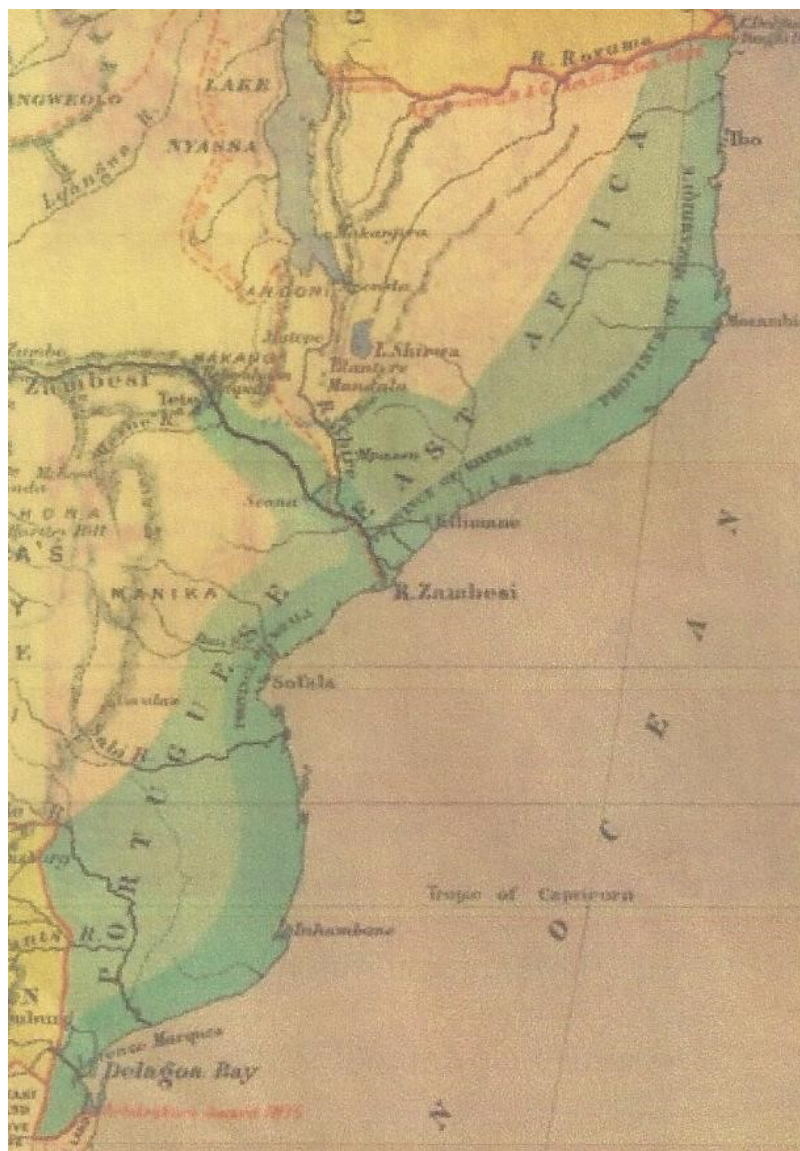


Figura 2 - Áreas ocupadas por portugueses, antes do Congresso de Berlim

A palavra *Presídio* designava, então, uma espécie de quartel onde se alojava a tropa e que, por ser constituída quase exclusivamente por homens degredados, passou a ser essa a designação dos quartéis em Moçambique, ou seja, "*Presídio de Degredados*".

Alexandre A. Ferreira^[1] apresenta outra opinião, afirmando que era o nome de uma oferta anual que os portugueses entregavam ao rei do Monomotapa, em paga do bom tratamento que estes lhe mereciam. Este pagamento durou até ao princípio do séc. XVIII.

No dicionário de sinónimos da língua portuguesa, de J. J. Roquete e José da Fonseca, apenas indicam *presídio* como prisão militar.

De uma antiga revista, chamada Arquivo Popular, datada de 1839, na sua página 242,

pode ler-se:

*“Na África Oriental, a Capitania Geral de Moçambique estende-se no hemisfério austral pelo espaço de 16 graus, com umas 400 léguas de costa, desde a baía de Lourenço Marques a 25 graus, até ao Cabo Delgado a 10 graus de latitude... e mais a norte do **presídio** de Sofala...; O comércio destes **presídios** é semelhante ao da baía de Lourenço Marques...; No interior do país em manica, Zimbabué e em outros lugares há alguns pequenos **presídios** portugueses a protegerem a mineração de ouro e as feiras”^[2].*



Figura 3 - O Presídio de Lourenço Marques no séc. XIX

A África Oriental Portuguesa era um território completamente descontínuo, de muito difícil manutenção e ainda mais de apaziguamento.

Desde 1498, até cerca de 1870, quase trezentos e setenta e dois anos, era uma colónia virtual, dirigida por capitães-mores, capitães dos rios, donos de prazos e donas de prazos, estas mais eficazes do que os próprios donos, pois, sendo naturais, mais facilmente se fixavam às suas terras. Por diversas vezes, os capitães-mores dos Rios de Sena se tentaram separar dos governadores ou dos capitães gerais instalados na Ilha de Moçambique.

O próprio lugar de Governador Geral foi uma vez licitado em leilão, o qual teve lugar em Goa, em 1641, tendo ganho Francisco da Silveira, que pagou a quantia de 30000 pardaus^[3] para obter o lugar.

O Sul da colónia, infelizmente, só depois do aparecimento do ouro na África do Sul, Transval, em 1878, se desenvolveu e, apesar de ter juntado muitos aventureiros e bandidos, no que era somente um presídio militar, Lourenço Marques, conseguiu tornar-se numa grande cidade.



Figura 4 – Aspecto de uma mina sul-africana

As minas de diamantes e de ouro existentes, ainda hoje, na África do Sul tiveram início de exploração no séc. XIX, congregando muitos brancos e de outras raças, que se introduziram pelo porto de Lourenço Marques e se estabeleceram depois nas Rodésias, Transval e noutras zonas mineiras da África subsaariana.

Esta euforia só em 1895 se acalmou, depois das campanhas de Mouzinho e da política do Comissário Régio António Enes.

A Zambézia, florescendo nos fins do séc. XVIII e no séc. XIX, ocupava uma grande área entre os rios Zambeze, Chire, e Lúrio, tendo ficado famosos os almoços da Zambézia, que incluíam doze pratos e muitos líquidos de acompanhamento.

Os Rios de Sena eram constituídos pela foz do rio Zambeze, a ligação fluvial para Quelimane, desde o rio principal, Sena, Tete e as feiras do Zumbo, estas já na fronteira com os territórios da colónia inglesa, futura Rodésia. Os traços de reunião desta área eram o rio Zambeze, e o rio Chire. A sua ocupação era pontual, devendo-se à marinha de guerra portuguesa a sua ocupação e a sua sobrevivência. Durante os governos de alguns capitães-mores de Massangano, deram muito trabalho às tropas portuguesas, negando-se a serem vassalos do rei de Portugal. Reagiram e deram luta nas suas “aringas” de Massangano, sobre o rio Zambeze, derrotando diversas vezes as tropas utilizadas pelas autoridades portuguesas, incluindo tropas expedicionárias metropolitanas. Só em 1888

foram destruídas as suas "aringas" e, assim, o tráfego no rio Zambeze foi liberado para o comércio português e internacional.

As ilhas Quirimba, a norte da costa de Moçambique, sempre foram objecto de ataques de árabes, de piratas, de franceses de Madagáscar, estes, para transaccionarem escravos ou comerciarem ouro, ou marfim. Desde muito cedo foi necessário artilhar a ilha de Ibo e a de Moçambique mas, para o interior, desde o mar, no Cabo Delgado, até ao lago Niassa quase nada se fez, até ao final do séc. XIX.

Andrade Corvo arranhou cobertura financeira para iniciar os trabalhos importantes das expedições científicas, e tentou acabar com a lenda de *"o Ultramar ser um local de perdição, de morte e de degredo"*.

Em matéria de actividade colonial, quase todo o séc. XIX português é uma ininterrupta e árdua campanha, ora militar, ora diplomática, ora jurídica, pela conservação e defesa dos seus tradicionais domínios africanos. De notar que, em 1834, o domínio português na costa oriental africana era uma estreita faixa que descia ao longo do litoral, desde a baía de Tungue (Quionga), percorria as Ilhas Quirimba, seguia pela Ilha de Moçambique, entrando, mas pouco, no continente fronteiro, "a Terra Firme", saltando para Quelimane e pelo rio Zambeze, penetrando até Sena, Tete e Zumbo e, novamente, saltando para Sofala, Inhambane e para Lourenço Marques, com o seu obscuro presídio e a Ilha da Inhaca.

No mesmo ano de 1834, os capitães gerais deram lugar aos governadores militares, com suprema direcção de todos os negócios internos, no referente a: presidência da junta de fazenda; nomeação de governos subalternos; despacho dos assuntos de administração civil; comando das forças armadas, com competência para conferir patentes a oficiais até ao posto de capitão, dependendo de sanção régia.

Embora os limites dos governos subalternos tivessem início nas costas marítimas ou fluviais do território, os limites no interior da colónia não podiam ser definidos por se desconhecem, ou os indígenas não acatarem.

Tais nomeações abrangiam as zonas de Cabo Delgado, Quelimane, Rios de Sena (Zambézia), Sofala, Inhambane e Lourenço Marques.

Em 1840, os governos subalternos passaram a governos de distrito. Só em 1860 a ocupação efectiva do território de Moçambique entrou na sua fase definitiva, acção que durou até 1920.

Foram muitos os incidentes com europeus, na tentativa de pacificação das regiões menos frequentadas por portugueses, inclusive, com várias mortes de militares.

Mas, o incidente com o Tenente Valadim impressionou todo o país, porque foi quase em simultâneo com o *ultimatum* inglês e agitou muito o patriotismo de todos os portugueses.



Fig. 5 - As Ilhas Quirimba, em 1881

2. O incidente Valadim

É difícil e perigoso comentar as actividades dos heróis quando eles mereceram, nos séculos passados, honras de serem toponomizados, nomeadamente, em ruas, avenidas, largos, becos, travessas, etc., em cidades do continente europeu e, no caso vertente, em algumas cidades africanas que, no caso do Tenente Valadim, cerca de quarenta topónimos existem com o seu nome.

Eduardo António Prieto Valadim nasceu em 13 de Junho de 1865 e faleceu em Janeiro de 1890, às mãos do régulo Mataca. Frequentou o Colégio Militar, onde teve o número 132, entre os anos de 1876 e 1883, tendo assentado praça como voluntário, no Regimento de Caçadores nº2, com o posto de Primeiro Sargento graduado em aspirante, a fim de concorrer à Escola do Exército.

Nomeado para servir no Ultramar, em fins de Novembro de 1884, embarcou para Moçambique, em 22 de Fevereiro de 1885. Já como oficial do Exército, percorreu toda a Província Ultramarina de Moçambique, possivelmente, na altura, chamada de “Rios de Sena” e fez pelo sertão uma viagem até Manica, tomou parte numa campanha contra os Vátuas, foi com o governador a Zanzibar, e fez parte das forças que tomaram a Baía de Tungue (zona de Quionga, no Norte de Moçambique).



Figura 6 - O Tenente Eduardo Valadim

Em 1888 adoeceu, e seguiu para Quelimane a bordo da canhoneira Quanza. Voltou à Ilha de Moçambique, capital da província, por se terem agravado os seus males. Com licença da Junta de Saúde, seguiu para a cidade do Cabo (Cape Town) e depois para Lisboa, acompanhado do pai, então Chefe de Estado-Maior da Divisão Naval de Moçambique. Em 31 de Agosto de 1888 estava em Lisboa, onde foi tratado, seguindo novamente para Moçambique em 18 de Fevereiro de 1889.

António Maria Cardoso fez várias expedições à zona do Niassa onde chegou, em 12 de Novembro de 1888. Obteve a vassalagem de catorze régulos ao Rei de Portugal. Esta sua prática permitiu que fosse organizada a expedição de Valadim.

Do livro “Tenente Valadim, mártir do Niassa”, escrito por Eduardo de Noronha, em 1936, resume-se a opinião deste escritor sobre Valadim:

“Em 15 de Junho de 1865 nasceu do casamento de seu pai português com sua mãe espanhola, Eduardo Valadim. Estudou em Lisboa e frequentou o Colégio Militar e quando acabou o liceu alistou-se no Batalhão de Caçadores nº2 na guarnição de Lisboa como sargento aspirante a oficial. Frequentou a Escola do Exército, mas não terminou o curso que tinha escolhido e seguidamente aceitou o posto de alferes para o Ultramar em 24 de Novembro de 1884, tinha então 19 anos. Escolhido por Augusto Castilho como ajudante de campo embarcou para a África Oriental Portuguesa, nome por que então era conhecida a Província de Moçambique, em 22 de Fevereiro de 1885.”

Valadim era uma pessoa simpática e convivia com facilidade com toda a espécie de pessoas. Diz o mesmo autor que, quando chegou à capital da colónia, então na Ilha de Moçambique:

“Tornou-se num instante o, por assim dizer, “menino bonito” da cidade. Mais alto que baixo, bem proporcionado, elegante no porte e esbelto na estatura, corado, a ressumar saúde por todos os poros, reunindo no conjunto a varonilidade portuguesa à vivacidade espanhola, de fisionomia aberta, de olhar claro e leal, penetrante e deixando-se facilmente penetrar, de cabelo quase alourado, distinto nas maneiras fáceis, apropriadas, a denotar convívio escolhido e de boa casta, inteligente, engraçado, espirituoso sem mordacidade, senhoras e homens, inferiores e serviçais, brancos, amarelos, mulatos, pretos, a todos impunha a atracção da sua presença. Adoravam-no, principalmente as mulheres de tez carminada, de pele baça, as alvas, as fuscas, as de pupilas veladas e as de íris de fogo. Talvez nem todos os maridos o encarassem com absoluta paz de espírito, mas as esposas viam-no aproximar sem nenhum segundo sentido – honni soit qui mal y pense – com agrado.”

Esta era a opinião do escritor já referido, que com ele viajou no paquete Grantully Castle, da “British Castle Mail Company”, em Fevereiro de 1889, desde Lisboa até Port Elizabeth, onde foram transbordados para um navio mais pequeno que permitisse a entrada em certos portos, nomeadamente, em Durban, na África do Sul. Noronha ficou em Lourenço Marques e Valadim seguiu até à Ilha de Moçambique.



Figura 7 - Valadim e Mataca são povoações diferentes

Nomeado o alferes Valadim como chefe da missão ao régulo Mataca, situado no interior de Cabo Delgado, zona pouco conhecida, seguiu para o Ibo mas, não tendo conseguido carregadores, voltou à ilha, onde foi ajudante de campo do Conselheiro Neves Ferreira, novo Governador Geral da Província.

Valadim foi promovido a tenente, em 13 de Junho de 1889, e condecorado pelos seus serviços em África, com o Grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em 6 de Outubro do mesmo ano seguiu para Quelimane, acompanhado pelo aspirante de Alfândega de Moçambique, José Tomáz de Almeida^[4], e por uma força de cinquenta militares landins^[5], além de duzentos e cinquenta carregadores contratados.

Primeiramente, foram a Meponda, junto ao lago Niassa (13°24'S 34°52'E), em apoio de quatro missionários, padres brancos, mandados pelo cardeal Lavigerie. Em seguida, dirigiram-se a Cuirássia, a fim de dar posse do governo militar ao Tenente Marques Lourenço, aí instalado. Após sessenta dias de viagem, marchou para leste do lago Niassa, para tomar termo da vassalagem do régulo de Macangira, onde demorou três dias, continuando pelas terras dos régulos Hamassinga, Matomangi e Nhembi, tendo sido, por todos eles, bem recebido. Ao régulo Nhembi, Valadim entregou uma bandeira portuguesa, na altura, azul e branca e, em troca, este entregou-lhe um filho para servir de guia e de salvo-conduto para as terras do audacioso régulo da região do Niassa, o Mataca. Valadim chegou lá seis dias depois e, tendo sido bem recebido pelo régulo, que aceitou os presentes e festejou o acontecimento com tiros de pólvora seca, nada fazia prever os acontecimentos que vieram a ter lugar. Como já tinha tido lugar o pôr-do-sol, combinaram que a bandeira seria hasteada na manhã do dia seguinte.

A noite decorreu tranquila e, pelas sete horas da manhã, Valadim, o criado José e o Aspirante Almeida procederam ao içar da bandeira, sem cobertura militar, no mastro

improvisado. Tal significava o domínio da selva, a vitória e a submissão de mais um vassalo do reino de Portugal.

Então, alguns negros, súbditos principais de Mataca, acorreram a arriar o símbolo desse domínio, a fim de o esfrangalhar, pelo que Valadim, Almeida e o criado José quiseram impedir o desacato.

Mataca, então, aproximou-se, acompanhado de gente armada e sem a menor troca de palavras deitou mão ao Tenente Valadim e decepou-lhe a cabeça de um só golpe. Um dos maiores que o acompanhavam fez o mesmo ao Aspirante Almeida e outro ao criado José. Parece, porém, que o Mataca, antes da degolação, fez sofrer esse Aspirante a trucidação mais selvagem, assim como ao criado José e aos soldados landins, que não puderam defender-se porque as suas armas se encontravam guardadas. O mesmo aconteceu aos carregadores mais velhos, porque os mais novos foram vendidos como escravos a negociantes árabes que os levaram até Zanzibar. O cônsul de Portugal naquela ilha tratou do resgate de muitos, e foi pelas narrações desses libertos que se conseguiu reconstituir a tragédia.

Da Biblioteca do Macua^[6] obteve-se a seguinte informação:

“Diz-se, entre os Wayao, que Ce Bwonomali (o Mataca) teria devorado a cabeça do alferes Valadim depois de a polvilhar com piripiri e de ter declarado que “era peixe”. Diz-se ainda, que guardou o crânio que passou a servir-lhe para fazer as suas libações, tendo-o legado ao seu sucessor, e que, daí para diante, todos os Mataca o usaram para o mesmo efeito.”



Figura 8 – Topónimo existente na cidade do Porto

Atribuída inicialmente a intrigas das autoridades inglesas, Rocha Martins, em 1931, indica que teriam sido intrigas de monhés, que teriam entrado em conversações secretas com Mataka, no decorrer da festa organizada à chegada de Valadim e sua comitiva. Acrescenta que esses monhés assistiram, à distância, ao embate de que resultou a matança.

Parece que, somente, em 27 de Maio de 1890, o governo de Lisboa teve conhecimento oficial do morticínio, ou seja, quatro meses depois do facto. Esta notícia emocionou tanto Portugal que foram propostas e atribuídas a mais de quarenta artérias e ruas de cidades e vilas do continente, ilhas e colónias o nome do Tenente Valadim.

João de Azevedo Coutinho escreveu, em 1941, um livro^[7] donde se transcrevem algumas passagens que referem Valadim:

“Apareceu o desditoso, alegre e despreocupado Valadim, que havia de vir a ser tragicamente trucidado no Mataka.” (pág. 37)

“O Ambrósio era mesureiro, bem falante (...) Havia escapado, milagrosamente ao massacre que o Mataka praticara nos desgraçados Valadim e Almeida e quasi todos os pretos que os acompanhavam.” (pág. 151)

“Ir ao território do Mataka, aonde foi trucidada a expedição Valadim e vingar esse monstruoso crime...” (pág. 177)

“Mandou chamar, aos limites norte do prazo, alguns cipaio que haviam escapado ao massacre da expedição Valadim, para darem informações seguras sobre o Mataka...”(pág. 180)

“Foi efectivamente em Muemba que Eduardo Valadim foi morto. A sua expedição, fraca para ser de guerra, tinha bastante aparato para não poder ser tida como pacífica. O desditoso e valente explorador fizera-se acompanhar por uns cinquenta “macavilas” e landins das terras de Inhambane. Os Árabes que por essa ocasião visitavam o Mataka souberam convencê-lo de que aqueles “irmãos dos Mafites”, ou “Maguanguras” que ali estavam sob as ordens dos brancos não podiam trazer outro fito senão o de o destronar, aprisionar e levar para a costa. Por outro lado Valadim inteiramente confiante e querendo evitar distúrbios na povoação, desarmara os landins. O resultado foi ser o número destes horrorosamente abafado pelas enormes massas de ajauas, e o sangue do malogrado oficial e do seu companheiro Almeida, regaram uns palmos de terra sobre que ficaram insepultas as ossadas de mais esses dois mártires da civilização...Dos crâneos dos desgraçados brancos fez o Mataka copos para beber “pombe”^[8]. O Tenente Eduardo Prieto Valadim foi ajudante de Castilho, enquanto este ilustre oficial de marinha governou Moçambique. Era muito valente e folgazão, mas não tinha talvez a prudência necessária para dirigir uma missão daquelas. Bem sabemos que não havia razão para suspeitar que o Mataka lhe fizesse tal traição, devida principalmente à influência dos árabes de Zanzibar que estavam na sua povoação. A prudência do empregado da Alfândega Almeida, deveria no entanto compensar a impulsividade generosa do pobre Valadim e atenuar-lhe os ímpetos.

Almeida tinha andado no Colégio Militar com Valadim e era seu íntimo amigo.” (pág. 182/183)

Azevedo Coutinho considerou que a acção do Tenente Valadim foi pouco cautelosa e que a sua morte o tornou um *mártir da Pátria* e não um herói.

Segundo Valdez dos Santos^[9], a expedição que teve lugar em 1889, “sob o comando do Alferes Eduardo António Prieto Valadim, acompanhado pelo Aspirante de Alfândega Manuel Tomás de Almeida, foi desbaratada em terras do régulo Mataka, sendo assassinados após vinte e quatro horas de tormentos. Classificada de *expedição pacífica*, era imensamente aguerrida para tal designação, pois continha cinquenta landins armados de espingarda e duzentos e cinquenta carregadores, alguns com armas gentílicas. Para ser uma *expedição militar* era uma força mínima, mal preparada e mal dirigida.”

Segundo René Pélissier^[10], na sua História de Moçambique, a pág. 353, indica como fracasso da expedição de Eduardo Valadim aos ajauas (1889-1890) o seguinte:

“A partir de 1887 os portugueses tinham já compreendido que estavam a deixar-se desapossar (dos territórios de Moçambique) e que não tinham tempo a perder(...). Já não se pretendia explorar mas sim avassalar o mais depressa possível para pregar a partida aos Britânicos(...). Seria uma aventura muito arriscada a vassalização dos ajauas do Mataka a partir da Zambézia(...). Em 1889 a expedição comandada pelo tenente Eduardo António Prieto Valadim acompanhado pelo aspirante de alfândega Luís Tomás de Almeida, partiu de Quelimane a 6 de Outubro de 1889 e depois de ter deixado destacamentos no que seria futura Niassalândia, tinha apenas 250 carregadores escoltados por 50 landins. Era muito para uma penetração geográfica, mas muito pouco para infundir respeito nas colinas ajauas, mas o Governador Geral Neves Ferreira apontou-lhe como finalidade última chegar ao Mataka Bonomali em Mwembe, no coração da região ajaua, a fim de o vassalizar também. Valadim levava-lhe, é certo, um saguate (presente), que lhe entregou ao chegar (provavelmente no fim de Janeiro de 1890) à sua capital.”

O mesmo René Pélissier afirma:

“Podemos classificar pelo menos três categorias para o sangrento fracasso desta expedição:

- Uma tentativa de extorsão por parte do Mataka, que quis apoderar-se das armas de Valentim e recusou todo e qualquer tratado;*
- A teimosia de Valadim, que apesar da oposição do Mataka, que o proibira de ir à sua capital, ali se dirigiu e ali pretendeu içar a bandeira portuguesa;*
- O mau comportamento dos portugueses, que importunavam as mulheres ajauas.”*

E mais adiante, o mesmo escritor continua:

“É provável que se tenham combinado os três motivos, porquanto a única narrativa presencial da tragédia, por um soldado indígena da expedição, recolhida em 1908, ou sejam 18 anos depois do incidente, e mesmo assim em divergência com outras narrativas de outros soldados indígenas que se salvaram do massacre.

“Em qualquer circunstância, a posição de Valadim era falsa, pois vinha para sujeitar, mas esperava-se que o tivesse feito diplomaticamente, à portuguesa. Mas ele não estava de visita ao pacífico Mataka Mnyenji, que recebera os anglicanos em 1880, mas sim a um verdadeiro senhor da Guerra que construía a sua hegemonia no saque e no terror.”

“Valadim abriu a guarda por excesso de confiança, por ignorância ou por fadiga? De um modo ou de outro, não quis armar os soldados para içar a bandeira.”^[11]

“Este primeiro passo nos domínios do sultão Bonomali, que com razão se julgava completamente independente, parece mais uma ingenuidade do que uma provocação, pois o sultão atraía os brancos a uma cilada onde estes e o intérprete foram assaltados e chacinados e constou, diz René Pélissier, talvez erradamente, que o tenente foi degolado pelo Mataka em pessoa.”

“Mas há mais, os cinquenta landins (tropa do sul) foram ou abatidos ou presos juntamente com os 250 carregadores, sendo parte deles vendidos, como escravos, na costa a norte do Rio Rovuma e alguns em Lindi tendo estes a sorte de se terem ido queixar às autoridades alemãs que os mandaram soltar e de seguida enforcaram os seus guardas. Outros não tiveram essa sorte, mas parece que a maioria foi mantida em escravidão na região ajáua.”

“Este episódio que deve ter decorrido em Janeiro de 1890, só foi conhecido em Lisboa depois do Ultimatum inglês que teve lugar em 11 de Janeiro do mesmo ano, e despertou profunda emoção numa Metrópole que se sentia vilipendiada pela sua mais antiga aliada e ridicularizada por uns inomináveis selvagens.”

Do livro “Portugal Militar - Compêndio de História Militar e Naval de Portugal”, extraiu-se uma passagem que se refere à guerra contra o Mataka:

“Também ao norte (de Moçambique) nas margens do Niassa, outro potentado rebelde se achava em 1898 ainda impune de todos os desacatos cometidos contra a autoridade portuguesa, de várias carreiras e assaltos no vizinho território inglês e sobretudo do massacre de que tinham sido vítimas em 1888 (?) o tenente Valadim e os sipais da sua escolha, quando lá forem incumbidos de o chamar à obediência.”

“Já em 1891 António Enes tinha decretado a organização de uma pequena expedição para ir às margens do lago Niassa vingar a morte de Valadim. Mas dificuldades de vária ordem e depois as campanhas do país de Gaza, tinham feito gorar esse projecto. Mas mais tarde como as correrias da gente do Mataka prosseguiram por toda a região portuguesa e no próprio território inglês, a Companhia do Niassa, já então arrendatária desse território, com poderes majestáticos, encarregou o capitão

Eduardo Costa de elaborar um plano de campanha contra o Mataca, plano que a Companhia veio a desistir, por considera-lo excessivamente caro.”

“Só portanto em 1899 o governo português se viu na necessidade de organizar e equipar à sua custa uma pequena expedição. O Mataca acerca de quem corriam fabulosas cousas, vivia de facto num nível superior ao de todas as populações negras vizinhas, mas sem por isso deixar de ser um potentado selvagem que urgia reduzir à estreita obediência e cujas forças, computadas por palpite, ficavam muito aquém em quantidade, qualidade e armamento, do que em Portugal se dizia. Por essa insuficiência de informações, forma de toda a ordem as dificuldades na organização da coluna e elaboração o plano de campanha.”

Em 1900, estabeleceram-se postos militares nas terras do Chefe Metarika, no Lugenda, os fortes D. Luis Filipe e Mululuka, em Mandimba, foi construído um forte na Serra Tambala e, junto ao lago Niassa, estabeleceram-se três fortes, em Metangula, Luângue e Cóbue, estes em terras de nianjas.

Por esta altura, as autoridades alemãs do Tanganika procuraram atrair Ce Bwonomali, dizendo-lhe que fariam dele um grande potentado, tendo este respondido, orgulhosamente, que potentado já ele era desde há muito tempo em todas as terras de ajauas.

Uma pequena expedição a Mwembe, mal preparada e engodada pelo chefe Kuntelela, foi destruída, nesta época, dizendo Yohannah Absullah:

“Quatro europeus e todos os sipais foram assassinados pela gente do Mataka e comeram carne humana de europeus.”

Finalmente, em 1912, uma coluna comandada pelo capitão Pottier de Lima, chefe do concelho de Metalika (possível Metarica, actual), apoiado por ajauas do régulo Metalika e nianjas de Metangula e Cóbue, invadiu Mwembe, a fim de subjugar o Mataca. Não houve resistência e Ce Cisonga, régulo em exercício, na altura, abandonou as suas terras, passando-se para o Tanganika com 45000 dos seus súbditos.

Acabou, assim, a linhagem dos Mataca no Niassa e nesse local foi construído o forte Tenente Valadim.

Consegue distinguir-se, na figura 9, a fronteira norte de Moçambique, a Oeste o lago Niassa e, quase no centro, o Forte.

portadoras de carta de concessão de um governo que lhes conferia o direito a certos privilégios comerciais. Nas colónias administradas por concessão, o poder público não se exercia directamente por meio de órgãos do estado soberano, mas era confiado pelo Estado a sociedades comerciais que o exerciam sob fiscalização do governo. Porque existiam?

Porque era difícil administrar directamente as colónias, quer porque estavam muito distantes da mãe pátria quer porque os administradores nomeados pela metrópole não eram os melhores gestores, quer ainda por dificuldades internas conotadas com guerras civis, tanto na metrópole como nas colónias. Foram, assim, aparecendo para Moçambique soluções que foram julgadas geniais, as companhias científico-comerciais.

As companhias criadas em Moçambique tiveram como exemplo a Companhia das Índias Orientais, criada por Filipe II de Espanha, em 1587. Em 1600, 1602 e 1664 foram criadas companhias com o mesmo nome da anterior mas, uma inglesa, outra holandesa e, ainda, outra francesa. Entretanto, em 1649, foi criada a Companhia General do Comércio do Brasil, esta holandesa, traficando escravos e açúcar para a Europa. Em 1676, foi criada a Companhia do Cacheu e Rios da Guiné e, em 1690, a Companhia de Cacheu e Cabo Verde, que só comerciava escravos. Em 1694, aparece uma Nova Companhia da Índia e, em 1755, o Marquês de Pombal criou a Companhia de Grão Pará e Maranhão e a Companhia de Pernambuco e Paraíba. Todas estas companhias gozavam de privilégios especiais, de forma a serem encorajadas a arriscarem os seus capitais nos perigos das navegações e do comércio. Uma das suas missões era apaziguar os régulos insubmissos nas suas zonas de acção e, para isso, dispunham de forças armadas próprias.

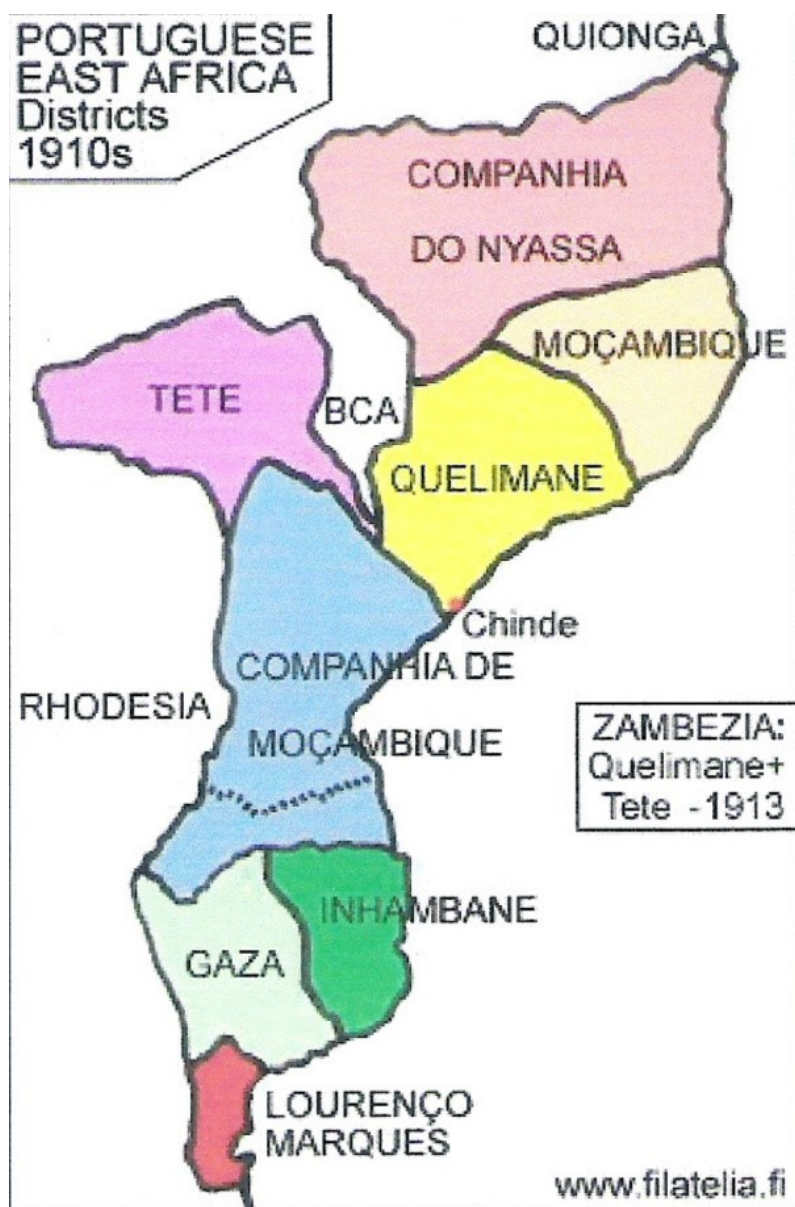


Figura 10 - Mapa das Companhias, em Moçambique

O caso de Moçambique

As Companhias do Niassa, da Zambézia (Quelimane e Tete) e de Moçambique foram Companhias Majestáticas utilizadas no desenvolvimento de Moçambique, e só foram montadas depois de 1888.

Em 11 de Fevereiro de 1888, Ndebele torna-se um protectorado inglês com o nome de Terra do Matabel ou Matabelandia administrado por Cecil Rhodes, o grande visionário e

ambicioso inglês que queria unir, por caminho de ferro, sob a bandeira inglesa, todas as terras africanas, desde o Cairo, no Egipto, até ao Cabo, na União Sul Africana.

No mesmo ano, mas em Dezembro, a Matabelandia torna-se numa colónia inglesa.

A Companhia de Moçambique

A primeira companhia de Moçambique destinava-se a extrair minérios, tendo o Estado português concedido direitos soberanos, em 1888. Estes poderes foram modificados e alargados por decretos posteriores, de 1891, 1893 e 1897. A Companhia tinha um Governador residente na cidade da Beira e devia promover a colonização com 1000 famílias portuguesas. Até 1899 foram enviados, de Lisboa para a Beira, oitocentos e noventa homens, duzentas e trinta e quatro mulheres e cento e oitenta e sete crianças, que foram absorvidos na colónia, embora não fosse cumprido o plano inicial de colocar os colonos na terra agrícola a produzir. Face às más condições do porto de Sofala, foi escolhido Aruangua, onde foi instalado um posto militar. Era um local chamado Chiveve ou Chiveu, onde foi instalada a capital da Companhia, com o nome de Beira, em homenagem ao príncipe herdeiro nascido nessa data.

A povoação da Beira foi criada por Portaria nº 303, de 27 de Julho de 1887, e elevada a cidade em 29 de Julho de 1907, sendo seu prazeiro (de Cheringoma) o Senhor João Eduardo Coelho Barata.

Esta foi a companhia da carta que mais produziu em Moçambique e que mais demorou a ser desmantelada. No entanto, não teve qualquer acção no incidente Valadim.

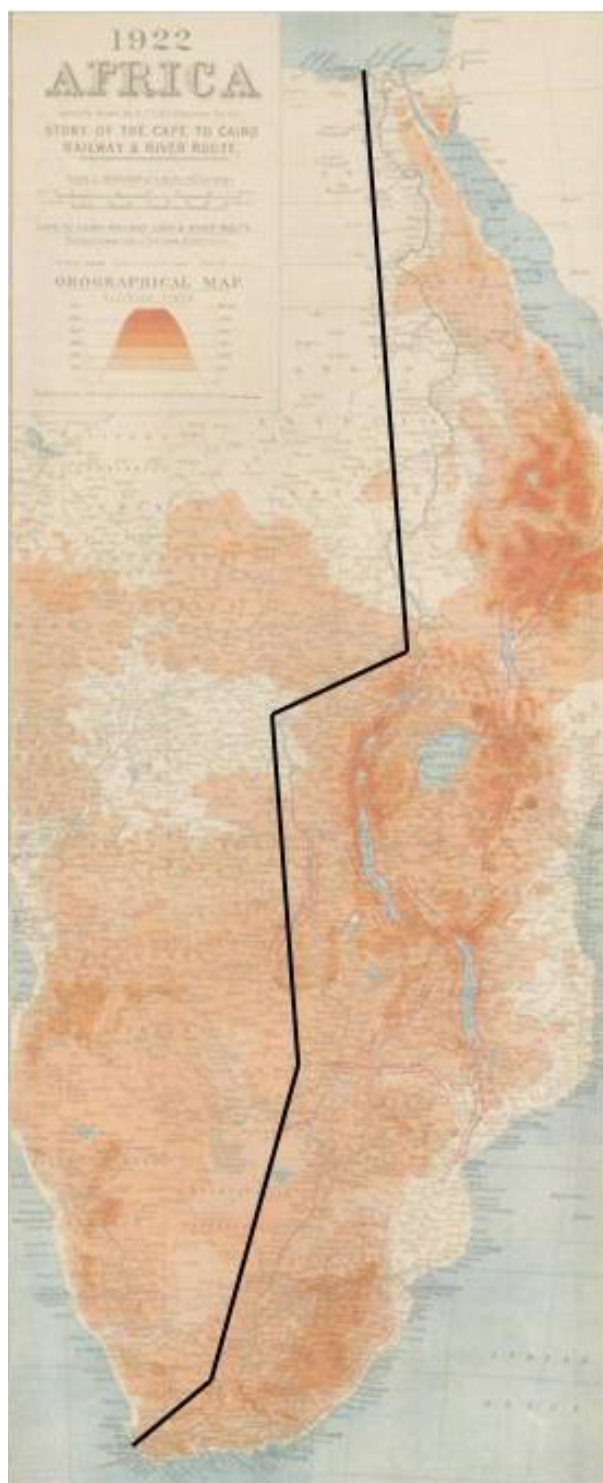


Figura 11 - O sonho de Cecil Rhodes

A Companhia do Niassa

Esta companhia foi formada por alvará régio de 1890, com poderes para administrar toda a área, desde o rio Rovuma até ao rio Lúrio, e do Oceano Índico até ao lago Niassa, numa extensão de cerca de 160 mil quilómetros quadrados. Os termos da concessão eram semelhantes às da Companhia de Moçambique, com excepção dos prazos que eram apenas de trinta e cinco anos. Em 1893, um consórcio de capitais franceses e britânicos comprou a concessão, mudando a sede da companhia para Londres. Uma vez que o território não tinha sido ocupado militarmente pela potência colonial, no caso, Portugal, o consórcio tentou obter mais fundos para a sua operação.

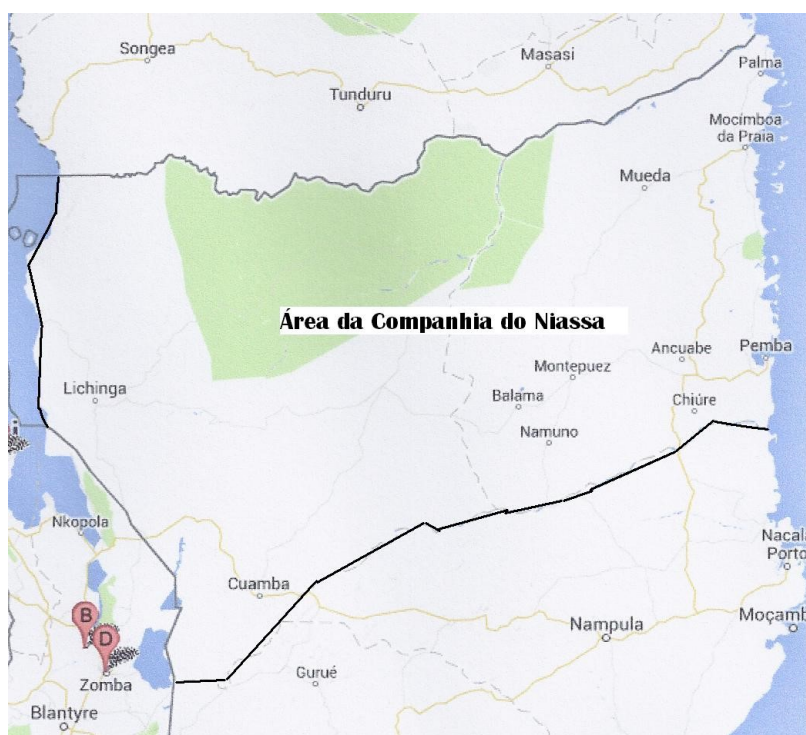


Figura 12 - Área da Companhia do Niassa

A área que lhe foi atribuída era a mais ignorada de toda a colónia, pelo que, em 1897, a Companhia projectou uma expedição contra o chefe Mataca, mas abandonou-o por prever uma grande resistência daquele régulo. De notar que o incidente Valadim já tinha tido lugar em 1890, ano em que esta companhia foi formada, mas o local estava na sua área de responsabilidade.

Gomes da Costa^[12], em 1899, ofereceu-se para servir em Moçambique, nomeadamente para Pemba, onde se estava a implantar esta companhia. Não permaneceu muito tempo, porque, como a companhia era toda de capitais ingleses, o seu presidente entendia que nos locais ocupados por ela seria arvorada a bandeira da Companhia, com o que Gomes da Costa não concordou, preferindo hastear a bandeira portuguesa. Por isso, Gomes da Costa pediu a demissão e regressou a Portugal.

Em 1900 e 1902, as tropas da Companhia tomaram Messumba e Metangula, nas margens do lago Niassa. Nessa altura, o consórcio dissolveu-se, alegadamente por ter chegado à conclusão que o lucro possível não justificava o esforço. A partir de 1908, a então conhecida por “Nyassa Consolidated”, tendo contratos de fornecimento de mão de obra para as minas sul-africanas, passou a ser participada pelo capital mineiro sul-africano. Só em 1912, o projecto de dar caça ao Mataka teve êxito e um exército de trezentos soldados portugueses e 2800 cipaio conseguiu assegurar uma posição em Metarica. Em 1913/14, outro consórcio, agora alemão, comprou a maioria das acções da Companhia, na mira de uma partilha de Moçambique entre aquele país e a Inglaterra.

Com o início da I Grande Guerra, o governo britânico confiscou as acções alemãs e entregou-as a um grupo financeiro inglês.



Figura 13 – Sátira inglesa, glosando a disparidade das forças inglesas com as portuguesas

Durante este conflito, a área da Companhia foi teatro de grandes combates entre tropas portuguesas e alemãs, tendo havido muito apoio às tropas invasoras por parte de régulos locais, nomeadamente, na área dos Macondes. O governador da Companhia, residindo em Pemba, detinha a máxima autoridade e mantinha em funcionamento vários serviços públicos, tais como: a Secretaria Geral, a Fazenda, Correios e Telégrafos, Trabalho Indígena, Polícia, dividia a região em catorze concelhos e publicava um Boletim Oficial.

Durante os anos da sua vigência, a Companhia construiu uma estrada de trezentos quilómetros, entre Mocímboa do Rovuma e Pemba, para pacificar o planalto dos Macondes, coisa que só conseguiu em 1920.

A intervenção da Companhia, ao longo dos anos, no território, foi parasitária e em nada beneficiou o desenvolvimento do mesmo, quer no aspecto agrícola, quer na pecuária, quer na piscatória ou mesmo industrial, actividades que, no ano de 1929, estavam praticamente na “estaca zero” de desenvolvimento.

No entanto, esta Companhia tentou executar várias expedições para apaziguarem o Mataca e outros régulos do Niassa, sendo uma delas a expedição do Major Machado, a mando da mesma companhia. Era evidente que os interesses da Companhia se resumiam a arrecadar dinheiro rápido e pelas vias mais fáceis. No ano de 1929, não obstante já se encontrarem asseguradas por agentes do Estado as estruturas administrativas na maior parte o território da companhia, esta extingue-se, passando a administração o território para o governo da Colónia.



Figura 14 - Um selo emitido pela Companhia o Niassa

Continua ...

^[1] — Moçambique 1489-1975, A. A. Ferreira.

^[2] — Archivo Popular – Publicação 1839, Internet.

^[3] — Moeda da Índia Portuguesa, de ouro ou de prata, valendo, respectivamente, 36 e 30 centavos.

^[4] — Nos registos do Colégio Militar, onde Tomáz de Almeida foi aluno contemporâneo de Valadim, consta que Manuel Thomáz de Almeida, foi o nº41, de 1875 a 1877.

^[5] — Eram chamados Landins os militares recrutados no sul da Moçambique, embora fossem de raça *Matsulasi* ou *Changana*.

^[6] — Manuel Gama Amaral, em <http://www.macua.org/livros/yao2.html>.

^[7] — Memórias de um velho marinheiro e soldado de África.

^[8] — Espécie de cerveja, ou vinho de milho, em Moçambique.

^[9] — No livro “O Desconhecido Niassa”, de 1964, pp. 70.

^[10] — Historiador Francês, conhecedor da história ultramarina portuguesa.

^[11] — Tal facto deveria ser muito estranho num militar que, desde os dez anos de idade, se tinha habituado a que a Bandeira Nacional teria sempre de ser içada e arriada com honras militares em qualquer situação, mesmo no mato, como mais tarde sempre se fez em África e no restante Ultramar e com tropa armada em guarda de honra.

^[12] — Foi Marechal de Portugal, após o 28 de Maio de 1926, e também serviu em Moçambique, tendo-nos deixado duas preciosas cartas geográficas da região entre o Zambeze, o lago Chirua e o lago Amaramba, até à costa de Quelimane, incluindo a foz do Zambeze, a Ilha de Moçambique, etc., datadas de 1909.